

50 Anos Depois: Questões Difíceis Face à Redução de Armas Nucleares

TEN-CEL ANDREW S. KOVICH, USAF*

Dentre os Estados ou protagonistas que aspiram à obtenção de armas nucleares, qual deles abriria mão das mesmas se o fizermos? Resposta: nenhum. Que nação, atualmente sem armas nucleares, irá consegui-las se mantivermos dissuasão nuclear confiável e segura? Resposta: nenhuma. E, que nação desenvolverá uma capacidade nuclear se perder a confiança em nossa cobertura de dissuasão? Resposta: muitas.

—General Larry Welch, USAF, Reformado
Ex-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

NESTE 50º aniversário do míssil balístico intercontinental [*Inter-Continental Ballistic Missile-ICBM*], a nação deve verificar, com muito cuidado, as opções de estrutura de forças estratégicas como um todo. Em 2006, o Conselho da Ciência de Defesa [*Defense Science Board*] declarou que “a capacidade nuclear continua sendo elemento essencial da estratégia de segurança nacional e postura de defesa dos Estados Unidos.”¹ Recentemente, a Comissão do Congresso para a Postura Estratégica dos Estados Unidos [*Congressional Commission on the Strategic Posture of the United States*] solidifica essa afirmação: “As armas nucleares garantem nossa segurança há décadas. Durante a Guerra Fria ao dissuadir ataques contra os Estados Unidos ou aliados. Devemos manter tal capacidade de dissuasão durante os próximos anos.”² Três empreendimentos principais em curso afetarão a postura estratégica da nação: o Estudo Referente à Postura Nuclear [*Nuclear Posture Review-NPR*], a Revisão Quadrienal da Defesa [*Quadrennial Defense Review-QDR*] e a renegociação do Tratado de Redução de Armas Estratégicas [*Strategic Arms Reduction Treaty-START*]. A Força Aérea deve estudar, de forma mais ampla e profunda as questões que incentivam os debates nucleares em pauta, como parte dessa iniciativa. Afinal de contas, as armas nucleares são recursos nacionais que garantem a liberdade de ação dos Estados Unidos no mundo, e a Força Aérea é a responsável exclusiva pelo gerenciamento de bombardeiros nucleares, mís-

seis balísticos intercontinentais e aeronaves de dupla capacidade.

A liderança norte-americana tomará as decisões referentes às forças estratégicas em ambiente de segurança bastante imprevisível. A atual administração deve considerar questões como a proliferação de tecnologia e a capacidade de lançamento envolvendo armas de destruição em massa, ofertas de protagonistas não-estatais para a obtenção de recursos nucleares e a problemática, sempre presente de parceiros ou semi-parceiros rivais.³ Consequentemente, os líderes devem abordar a redução de armas em um mundo multilateral comparado ao bilateral da Guerra Fria.

Vamos supor que seria desejável a diminuição da infraestrutura nuclear. Nesse caso, os defensores da postura de força estratégica reduzida devem solucionar certas questões importantes.

O Almirante Richard Mies da Marinha dos Estados Unidos, Reformado, ex-Comandante do Comando Estratégico, acaba de propor algumas ideias importantes, dignas de nota.⁴ Em face ao movimento em direção a um mundo livre de armas nucleares, atualmente em voga, ele alega que as questões abaixo, exigem solução, antes de formularmos qualquer agenda nacional: a) Seria viável encaminhar-nos a uma força nuclear zero? b) Será passível de verificação e execução? c) Será algo inerentemente estabilizante e sustentável? e d) Finalmente, seria tal postura desejá-

*O autor é Bolsista da Defesa Nacional no Centro Henry L. Stimson, em Washington, D.C.

vel?⁵ Este artigo não sugere soluções absolutas. Visa enquadrar o debate.

Lamentavelmente, cada uma dessas perguntas leva a outras. Nenhuma oferece soluções claras. Com respeito à viabilidade, “que ações específicas e detalhadas devem tomar as nações e a comunidade internacional e quais os prazos previstos para completá-las?”⁶ De acordo com o Almirante Mies, “as nações não desconfiam umas das outras porque portam armas; portam armas porque desconfiam umas das outras.”⁷ Apesar da tendência em reduzir o arsenal nuclear dos Estados Unidos, a verdade é que outras nações buscam a capacidade nuclear ou modernização das forças existentes. A Coreia do Norte e o Irã projetam capacidade nuclear e sistemas de lançamento de alcance cada vez maior.⁸ Além disso, a Rússia parece determinada a manter considerável força nuclear “tática” que não foi e, aparentemente, não será abordada ou reduzida dentro do contexto do empenho bilateral com os Estados Unidos referente à redução de armas.⁹ A China também continua a modernizar as forças nucleares de longo alcance, aumentando sua habilidade de colocar em risco maior número de alvos.¹⁰ Não é provável que a diligência norte-americana em redução de armas irá dissuadir esse tipo de atividade. Se não forem cuidadosamente avaliadas e levadas em consideração, de forma deliberada, acabarão comprometendo a segurança norteamericana.

Em termos de inspeção, quem a faria e como fazer cumprir sua execução? Um dos dilemas é a necessidade de protocolos de verificação obrigatórios para prosseguir com este curso de ação. Mesmo que funcione bem, até certo ponto, poderíamos ter certeza de que as nações cumprirão completamente com sua responsabilidade? Se pudermos responder satisfatoriamente a essas duas primeiras questões, será que um mundo livre de armas nucleares seria mais estável. E a estabilidade? Seria sustentável? [O mundo conta com] a habilidade de fabricar e lançar armas nucleares. Esse fato não é constante, não importa a existência de protocolos internacionais. Como evitar a desonestidade? Sempre existirão líderes mundiais impulsionados pelo desejo de poder e prestígio. Finalmente, se pudermos realmente

chegar ao “zero”, seria essa condição realmente desejável? Embora o mundo ficasse menos suscetível à guerra nuclear, talvez o “zero” levaria à guerra convencional em grande escala.¹¹

Os Estados Unidos diminuíram as forças nucleares em 75% desde o final da Guerra Fria e, no início deste ano, alcançaram o número de ogivas destacáveis, prescrito pelo Tratado de Moscou de 2002.¹² A redução de forças, embora desejada por muitos indivíduos para maior segurança, pode, na verdade, colocar os Estados Unidos em postura de defesa mais incerta e muito menos segura, com maiores riscos e perigos.¹³ As questões relacionadas à força reduzida incluem a falta de credibilidade em capacidade de dissuasão difundida (a aliados), possíveis adversários mais audazes, menor número de opções disponíveis ao Presidente e mudanças dramáticas em esquemas de seleção de alvos para a força nuclear.¹⁴ Devemos contar com dissuasão nuclear sólida, confiável e crível para influenciar positivamente essas áreas de interesse. Primeiro, impedindo a utilização operacional e, segundo, assegurando aos aliados que essa dissuasão tomará conta dos objetivos comuns de segurança nacional.

Desde a primeira utilização de dispositivo nuclear em 1945, esse tipo de arma manteve papel central em diretrizes de defesa norteamericana. A força nuclear sólida oferece segurança aos aliados e amigos, dissuade a chegada em cena de rivais em pé de igualdade ou semi-igualdade, impede que regimes hostis tomem medidas contrárias aos interesses dos Estados Unidos e, se necessário, permite ao Presidente derrotar prontamente os adversários. As diretrizes de cada administração presidencial diferem um pouco. Contudo, cinco pontos perduram:

- Basicamente, as armas nucleares existem para dissuadir ataque nuclear contra os Estados Unidos e aliados.
- No mínimo, os Estados Unidos nunca ficarão sem armas nucleares.
- Os planos de guerra oferecem flexibilidade e opções às Autoridades do Comando Nacional.

- Mantêm-se forças nucleares suficientes (bem como comando e controle associados), a fim de garantir sua sobrevivência e a capacidade de causar “danos inadmissíveis” a qualquer adversário, mesmo que este ataque primeiro.
- Em geral, os alvos de armas nucleares, até agora, foram as forças nucleares de possível inimigo, outras forças militares, liderança e indústria de apoio à guerra.¹⁵

O fato é que esses pontos fortes sempre desempenharam papel vital na segurança dos Estados Unidos. Os perigos do século XXI não indicam que os efeitos da dissuasão nuclear desapareceram.

Embora a maioria do pessoal da Força Aérea atual não desempenhe funções diretas em área nuclear, seus membros defendem os Es-

tados Unidos. Portanto, todos os militares da Força encarregados de prestar segurança nacional devem entender o que as armas nucleares oferecem à nação. Como profissionais militares, devemos considerar cuidadosamente as questões relacionadas à redução de armas nucleares. O dever principal da Força Aérea é salvaguardar o estilo de vida americano. Devemos possuir a capacidade de oferecer à liderança nacional assessoria militar de bom senso. Neste ano histórico de decisões resultantes do NPR, QDR e negociações do START, a questão mais apropriada talvez seja se a Força Aérea está preparada a reagir às questões mais importantes de redução de armas em nossa geração. □

Washington, DC

Notas

1. *Report of the Defense Science Board Task Force on Nuclear Capabilities: Report Summary* (Washington, DC: Office of the Under Secretary of Defense for Acquisition, Technology, and Logistics, December 2006), 11, http://www.acq.osd.mil/dsb/reports/2006-12-Nuclear_Capabilities.pdf (acessado em 2 de setembro de 2009).

2. Congressional Commission on the Strategic Posture of the United States, *America's Strategic Posture: The Final Report of the Congressional Commission on the Strategic Posture of the United States* (Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 2009), x, http://media.usip.org/reports/strat_posture_report.pdf (acessado em 2 de setembro de 2009).

3. Almirante Richard Mies, USN, Reformado (apresentação durante a Conferência Strategic Weapons in the 21st Century, patrocinada pelos Laboratórios da Lawrence Livermore e dos Laboratórios Nacionais de Los Alamos, Washington, DC, 29 January 2009), diapositivo 2.

4. Ibid.

5. Ibid., diapositivo 15.

6. Ibid. (página de notas).

7. Ibid.

8. Kathleen C. Bailey et al., *White Paper on the Necessity of the U.S. Nuclear Deterrent* (Fairfax, VA: National Institute for Public Policy, 15 August 2007), 9, <http://www.nipp.org/Publication/Downloads/downloads.html> [see “*The Necessity of the U.S. Nuclear Deterrent*, updated August 15, 2007”] (acessado em 4 de setembro de 2009). Ver também Council on Foreign Relations, *U.S. Nuclear Weapons Policy*, Independent Task Force Report no. 62 (Washington, DC: Council on Foreign Relations, 2009), http://www.cfr.org/content/publications/attachments/Nuclear_Weapons_TFR62.pdf (acessado em 4 de setembro de 2009); Congressional Commission on the Strategic Posture of the United States, *America's Strategic Posture*, e Dr. Jacquelyn K. Davis et al., *Updating U.S. Deterrence Concepts and Operational Planning: Reassuring Allies, Deterring Legacy Threats, and Dissuading Nuclear “Wannabes”* IFPA White Paper (Washington, DC: Institute for Foreign Policy Analysis, February 2009), http://www.ifpa.org/pdf/Updating_US_Deterrence_Concepts.pdf (acessado em 4 de setembro de 2009).

9. Ver “START Talks to Ignore Nonstrategic Nukes, Official Says,” *Global Security Newswire*, 16 April 2009, http://www.globalsecuritynewswire.org/gsn/nw_20090416_2600.php (acessado em 4 de setembro de 2009). Ver também Amy F. Woolf, *Nonstrategic Nuclear Weapons*, CRS Report for Congress RL32572 (Washington, DC: Congressional Research Service, 28 January 2009), <http://ftp.fas.org/sgp/crs/nuke/RL32572.pdf> (acessado em 4 de setembro de 2009); e Barry Blechman, ed., *Unlocking the Road to Zero: Perspectives of Advanced Nuclear Nations*, vol. 5, *Russia and the United States* (Washington, DC: Henry L. Stimson Center, July 2009), http://www.stimson.org/nuke/pdf/Russia_US_Format_FINAL.pdf (acessado em 4 de setembro de 2009).

10. Bailey et al., *White Paper*, 8.

11. Mies, apresentação, diapositivo 15 (página de notas).

12. Walter Pincus, “U.S. Ahead of Moscow Treaty Schedule in Reducing Its Nuclear Arsenal,” *Washington Post*, 13 February 2009, A03, <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/02/12/AR2009021203497.html> (acessado em 4 de setembro de 2009).

13. Mies, apresentação, diapositivo 5.

14. Ibid.

15. David M. Kunsman e Douglas B. Lawson, *A Primer on U.S. Strategic Nuclear Policy*, Sandia Report, SAND 2001-0053 (Albuquerque, NM, e Livermore, CA: Sandia National Laboratories, January 2001), 69–70, http://www.nti.org/e_research/official_docs/labs/prim_us_nuc_pol.pdf (acessado em 4 de setembro de 2009).